

O complemento dos verbos de enunciação¹

Maria Angélica Furtado da Cunha*

Resumo – Este artigo focaliza o discurso reportado, investigando o estatuto das orações citadas. Em particular, tem como objetivo responder as seguintes questões: a oração citada pode ser analisada como um complemento objeto do verbo de enunciação? Quais são as propriedades sintáticas, semânticas e prosódicas desses verbos que evidenciam tal tratamento? A análise segue uma perspectiva funcionalista do estudo da língua, discutindo as características intransitivas e transitivas da citação. Os dados empíricos correspondem a doze narrativas conversacionais extraídas do *Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal*.

Palavras-chave – Discurso reportado. Oração citada. Estatuto gramatical.

Introdução

O discurso reportado é um formato cognitivo universal, uma construção utilizada em grande número de línguas quando se quer reportar o discurso (ou pensamento) de outra pessoa, considerado em um tempo diferente do tempo de fala. Embora a função de citação seja bastante difundida, os recursos gramaticais para a codificação do discurso reportado diferem de uma língua para a outra, conquanto sejam todos marcados. Não apenas a transitividade das construções com verbos de enunciação varia translingüisticamente, mas também há diferenças com relação aos padrões de discurso reportado – direto, indireto, indireto livre – que uma língua distingue.

Este artigo aborda o discurso reportado, com o fim de investigar o estatuto da oração complemento dos verbos de enunciação². Em particular, interessa-me responder as seguintes perguntas: a oração que representa a citação pode ser analisada como um complemento objeto do verbo *dicendi*? Quais são as propriedades sintáticas, semânticas e prosódicas desses verbos que evidenciam tal tratamento? A análise segue uma perspectiva funcionalista do estudo da língua. Os dados empíricos

* Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Professora adjunta IV da UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: angelica@ufrnet.br.

correspondem a doze narrativas conversacionais³, extraídas do *Corpus Discurso & Gramática*: a língua falada e escrita na cidade do Natal (FURTADO DA CUNHA, 1998) e consistem de 349 citações, das quais 167 ocorrências (48%) representam discurso direto e 182 (52%) exemplificam discurso indireto. Embora alguns estudos apontem uma frequência maior de discurso direto, em detrimento do indireto, meus dados não confirmam essa tendência⁴.

Vários estudos focalizam as diferenças sintáticas e semânticas entre o discurso direto e o indireto em inglês (LI, 1986 e MAYES, 1990, entre outros). Em geral, admite-se que o discurso direto reproduz literalmente as palavras de um falante, enunciadas numa ocasião anterior, ao passo que o discurso indireto envolve a paráfrase das palavras de alguém no discurso do falante corrente. Essa distinção tem efeitos na dêixis pessoal, espacial e temporal, como veremos adiante. Entretanto, meramente apontar as diferenças sintáticas e semânticas entre esses dois tipos de discurso reportado não é suficiente para revelar o modo como eles são usados em contextos reais de interação comunicativa.

Parece haver, na literatura, uma tendência geral para considerar os verbos de enunciação como intransitivos. Enquanto, algumas línguas permitem que esses verbos ocorram com uma citação codificada como objeto oracional, em outras os verbos *dicendi* exibem características de verbos intransitivos. Em quéchua, por exemplo, os complementos dos verbos de enunciação são não-marcados, enquanto os complementos de outros verbos tomam o marcador de acusativo *-ta* (HINTZ, 2004).

MUNRO (1982) argumenta que em inglês, por exemplo, a intransitividade dos verbos de dizer é muito mais aparente quando o verbo é usado em discurso direto do que quando ele introduz discurso indireto ou outros complementos oracionais. A autora apresenta evidência translingüística de que os verbos de enunciação freqüentemente não são transitivos perfeitos. Munro observa que a sintaxe dos verbos de enunciação é única, no sentido de que eles têm comportamento diferente não apenas de verbos transitivos comuns, mas também de intransitivos comuns.

Essa postura é menos do que consensual, todavia. ROMAINE E LANGE (1991) apontam uma diferença sintática entre discurso direto e indireto. Elas argumentam que no discurso direto a citação é um enunciado sintaticamente independente, marcado na língua escrita por aspas. No discurso

indireto, contudo, a citação está subordinada ao verbo *dicendi*, tornando-se uma oração dependente introduzida pelo complementizador *que*. KLEWITZ E COUPER-KUHLEN (1999) observam que, em inglês, tanto a citação direta quanto a indireta podem ser consideradas complemento do verbo *dicendi*, e assim constituem uma oração subordinada que é o objeto direto desse verbo. No discurso indireto, a subordinação sintática a um verbo de enunciação é assinalada pelo uso de *that* como complementizador.

Além dessas distinções, as citações direta e indireta também diferem em termos de entonação, quando se analisa a língua produzida em interação. Assume-se que a citação direta sempre é separada do verbo de enunciação por uma pausa, o que não acontece com a citação indireta. KLEWITZ E COUPER-KUHLEN (1999), entretanto, defendem que a marcação prosódica não se restringe ao discurso direto, mas ocorre também no discurso indireto. Essas autoras mostram que a marcação prosódica da citação indireta em dados conversacionais não é rara, particularmente em conversas com alto grau de envolvimento.

O argumento de que os verbos de enunciação são intransitivos geralmente se baseia no fato de que os complementos desses verbos se comportam de modo diferente de outros tipos de argumentos objeto direto, sejam eles representados por um sintagma nominal (SN) ou por uma oração⁵. O comportamento desviante das orações reportadas é apresentado como evidência de que a oração introduzida por um verbo *dicendi* desempenha alguma outra função que não a de objeto direto, embora essa função não seja claramente identificada na literatura.

Antes de prosseguir, uma breve revisão das noções de “complementação” e “encaixamento” se faz necessária. Uma oração complemento prototípica é usualmente definida como uma oração que funciona como um argumento de um predicado que toma complemento (*complement-taking predicate*, em inglês), de modo que os complementos exibem uma relação gramatical com seus predicados, a de sujeito ou objeto (cf. GIVÓN, 1980; NOONAN, 1985; PAYNE, 1997; DIXON, 2002). Em outras palavras, uma oração complemento é encaixada na oração principal. Se uma oração complemento funciona como objeto direto de um predicado, como parece ser o caso das orações reportadas, presumivelmente ela ocupa a mesma posição dentro da oração principal que o argumento nominal objeto direto. Como o português do Brasil é uma língua de ordenação Sujeito-Verbo-Objeto

(SVO), espera-se que a oração complemento dos verbos de enunciação siga imediatamente o verbo. Nos dados analisados, não houve nenhuma ocorrência de inversão em que a citação preceda o verbo *dicendi*.

As orações complemento são geralmente descritas em termos das propriedades que elas apresentam. Nessa linha, PAYNE (1997) atribui duas características aos complementos finitos prototípicos: (i) eles portam seu próprio tempo e aspecto; (ii) eles expressam seu sujeito diretamente: a referência ao sujeito não se restringe ao da oração matriz ou principal. Para Payne, os verbos de enunciação e de cognição representam os verbos típicos que têm complementos finitos, já que, exceto pela presença do complementizador, a oração complemento pode manter-se só como um enunciado completo e compreensível. A menção ao complementizador demonstra que Payne está se referindo à citação indireta, conforme se evidencia pelos exemplos que ele fornece⁶. O *status* gramatical da citação direta não é discutido.

De acordo com NOONAN (1985), os complementos podem variar na forma, inclusive numa mesma língua. Um complemento pode ser identificado: (i) pela morfologia do predicado; (ii) pela relação sintática que tem com seus argumentos; e (iii) pelas relações sintáticas externas da construção complemento como um todo. Noonan também aborda a questão da independência das orações complemento, afirmando que um complemento oracional típico é aquele que sem seu complementizador tem aproximadamente a mesma forma sintática de uma oração principal. Além disso, Noonan argumenta que a parataxe pode ser usada na complementação: nesse caso, a oração matriz e o complemento paratático constituem, cada um deles, construções que poderiam manter-se por si mesmas como orações independentes com aproximadamente o mesmo significado. Das observações de Noonan, pode-se concluir que ele consideraria tanto a citação indireta (tipo de complemento com um complementizador) quanto a citação direta (tipo de complemento paratático) como orações complemento.

Em seu artigo sobre a tipologia dos complementos, GIVÓN (1980) propõe uma dimensão semântica hierárquica denominada “ligação” (*binding*) para dar conta da forma dos complementos de predicados que tomam objetos oracionais. O objetivo de seu trabalho é mostrar que a estrutura sintática desses complementos é previsível a partir da posição

desses predicados na escala de ligação, o que reflete uma correlação sistemática entre a semântica e a sintaxe da complementação. Entre os parâmetros mais importantes envolvidos na determinação do que é codificado translingüisticamente como uma oração independente/principal, ele aponta: (i) o grau de marcação independente do sujeito da oração encaixada em comparação com o sujeito da oração principal; e (ii) o grau de marcação independente de tempo-aspecto-modo do verbo da encaixada em comparação com o do verbo da oração principal. De acordo com a classificação de Givón, o verbo *say* (dizer) ocupa o ponto mais baixo na escala de ligação. Quanto ao complemento oracional direto ou indireto de *say*, ele argumenta que o primeiro está no ponto mais baixo da escala, exibindo semanticamente a menor dependência entre a oração principal e a subordinada, e sintaticamente o menor desvio da oração subordinada em relação ao padrão neutro da oração principal.

Em resumo, dois aspectos são geralmente apontados como centrais na avaliação da natureza dependente/independente da oração complemento: a possibilidade de expressar seu próprio tempo e aspecto e a possibilidade de expressar seu próprio sujeito. A noção de independência (ou autonomia gramatical) parece ser crucial na determinação da categoria sintática da citação, seja ela direta ou indireta. Contudo, no domínio do discurso reportado, parece haver um descompasso entre os conceitos de complementação/encaixamento, por um lado, e independência semântica/sintática, por outro. Do ponto de vista do encaixamento, os verbos de enunciação são largamente considerados como verbos de matriz típicos para orações complemento, o que significa que a citação é um argumento (objeto direto) do verbo *dicendi*. Da perspectiva da independência sintático-semântica, a citação é considerada como independente da oração matriz, e então não parece manter qualquer relação gramatical com o predicado dessa oração.

Vou sugerir que “encaixamento” e “*status* independente” não são critérios úteis ou decisivos na avaliação dos papéis sintático-semânticos desempenhados pelas citações. Ao invés, a natureza dessas orações pode ser mais bem explicada pela noção de “projetabilidade” (FORD; THOMPSON, 1996 e TANAKA, 1999). Essa noção é aplicada principalmente na investigação de como, numa conversação, as pessoas são capazes de perceber pontos potenciais de encerramento do turno antes que qualquer

encerramento real ou pausa tenha se dado. Três aspectos estão envolvidos na projeção do fim de uma unidade de turno: completude entonacional, sintática e pragmática.

1. A natureza intransitiva das citações

Nesta seção, examino algumas das propriedades geralmente mencionadas, na literatura, como indicadoras do caráter intransitivo da citação: marcação de subordinação, entonação e afetamento. MUNRO (1982) demonstra que em várias línguas a citação relacionada a um verbo *dicendi* aparece completamente não-marcada (exceto a marcação que ela teria isoladamente), mesmo nos casos em que todos os outros verbos que tomam complementos oracionais requerem marcação subordinativa explícita, ou ao menos a sua possibilidade, como no inglês.

NOONAN (1985) observa que a função de um complementizador é identificar a entidade com a qual ele se associa como um complemento, mas também admite que alguns tipos de complemento podem não ter conectivo, como as orações não-finitas, por exemplo. Em português, o complementizador *que* não pode aparecer antes de uma citação direta (1), mas é obrigatório em citações indiretas (2):

(1) aí ela **disse**: < quer sair comigo >?

(2) o médico **disse** < que ela não podia se machucar >.

Embora incomum, o complementizador *que* pode ser omitido no discurso indireto quando o recipiente do verbo *dicendi* é introduzido pela preposição *para* e o verbo da oração citada está no infinitivo, como em (3):

(3) e ele não admite você é: **dizer** pra ele < não beber numa ocasião dessa >.

Logo, a presença de um complementizador antes da citação não pode ser tomada como decisiva para provar o *status* de objeto direto da citação, a menos que o discurso indireto seja tratado diferentemente do direto com relação à sua natureza gramatical.

A entonação é tida como um fator importante na avaliação da integração de orações, de modo que a ausência de uma quebra entonacional entre duas orações é um indicador confiável de que uma delas está integrada à outra (LEHMANN, 1988). Vários lingüistas alegam que a presença de pausa entre um verbo *dicendi* e a citação é evidência de que a citação não é dependente do verbo. NOONAN (1985) observa que quase todas as

línguas distinguem discurso direto de indireto por meio de entonação: enquanto tipicamente há uma pausa antes e/ou depois da citação direta, do ponto de vista da entonação, a citação indireta é tratada como qualquer outro complemento oracional. Aqui, outra vez, o discurso direto se comporta de modo diferente do discurso indireto. Contudo, o critério da entonação não é útil para decidir sobre a natureza (in)transitiva da citação no português do Brasil, visto que na fala não apenas é possível uma pausa separando *dizer* e a citação direta, mas também pode haver pausa entre o verbo de enunciação e a citação indireta (4), por um lado, e entre qualquer verbo transitivo e seu objeto direto, por outro (5):

(4) e **disse**: < que ela era uma prostituta >.

(5) eles **descobriram**: o local lá, né?

Em resumo, no português do Brasil os verbos de enunciação e seus complementos nominais/oracionais podem estar na mesma unidade entonacional, ou podem estar separados, sem nenhuma razão sintática aparente.

Temos aqui dois tipos de situação com verbos que tomam complemento oracional (cf. ONO; THOMPSON, 1995): aqueles que são produzidos como uma única unidade entonacional e aqueles que não o são. Note-se, contudo, que a pausa que separa um verbo *dicendi* e sua citação parecem desempenhar funções discursivas diferentes, quer a citação seja direta, quer seja indireta. No primeiro caso, a quebra entonacional introduz o discurso do falante original, orientando o interlocutor quanto à mudança de participantes na narrativa: do narrador para o falante que está sendo reportado. No discurso indireto, por outro lado, a pausa funciona como uma espécie de preenchedor discursivo, refletindo a tentativa do falante original de elaborar o que ele vai dizer, como pode ser visto em (6), abaixo. Nesse exemplo, a presença do marcador discursivo *né* imediatamente após o verbo *dizer* reforça essa interpretação. Assim, poderíamos afirmar que no discurso direto a quebra entonacional desempenha um papel textual, ao passo que no discurso indireto ela serve a uma função cognitivo-comunicativa.

(6) aí ele **disse**, né: < que a mulher também dele foi, tava correndo com medo do cachorro >.

Na formulação de transitividade de HOPPER E THOMPSON (1980), dois parâmetros caracterizam um objeto altamente transitivo: afetamento e individuação⁷. HOPPER (1985) enfatiza a importância do grau de

afetamento do objeto na mensuração da transitividade prototípica. Ele reconhece, além disso, que é impossível atribuir uma propriedade semântica unitária, invariável, à relação verbo-objeto, porque alguns objetos não são transformados, e sim criados, pela ação do verbo. Seguindo a tradição (JESPERSEN, 1924 e QUIRK; GREENBAUM, 1973), Hopper chama esses casos de objetos efetuados. Objetos afetados e efetuados compartilham a propriedade gramatical de ocupar a mesma posição sintática reservada para os objetos, mas eles se distinguem em outros traços gramaticais, como: (i) sua contribuição para o grau de transitividade oracional (objetos efetuados são menos transitivos do que objetos afetados); e (ii) a referencialidade do objeto (objetos efetuados geralmente são não-referenciais). De acordo com Hopper, os verbos de enunciação formam o maior grupo de verbos com objetos efetuados em inglês e, presumivelmente, em qualquer língua. Há, portanto, uma correlação entre efetuamento e intransitividade: a oração com objeto efetuado será sempre menos transitiva do que a oração com objeto afetado.

Desse modo, os parâmetros “afetamento” e “individuação” do objeto direto não se aplicam totalmente aos complementos oracionais dos verbos *dicendi*⁸. Por um lado, a citação não tem individuação, pois não é própria, animada, concreta, singular, contável e referencial; por outro lado, embora não seja estritamente afetada, a citação é efetuada pelo ato de dizer executado por um sujeito-agente volicional, exibindo, portanto, algum grau de transitividade. Em resumo, não descarto a transitividade de verbos de enunciação; ao contrário, admito que eles não são prototipicamente transitivos, na medida em que um objeto efetuado é menos transitivo do que um afetado.

2. A natureza transitiva das citações

Passemos, agora, às características transitivas que se aplicam aos verbos de enunciação: tipo morfológico de verbo, ordenação dos vocábulos e número de argumentos.

MUNRO (1982) destaca as restrições sobre objetos possíveis de verbos de enunciação como uma característica intransitiva da citação. Assim, algumas línguas permitem que *dizer* tome uma citação como um objeto oracional, mas não um objeto pronominal como *it* ou um SN mais

concreto. No português do Brasil, contudo, *dizer* pode ocorrer tanto com um objeto pronominal (7), quanto com um SN (8), como em:

(7) foi a única palavra que eu **disse**.

(8) a gente não **disse** o nome dela.

No que diz respeito à ordenação dos vocábulos, diferenças entre citações e outros objetos oracionais são freqüentemente apontadas como uma característica intransitiva dos verbos de enunciação: (i) em muitas línguas, orações citadas podem ser precedidas e seguidas simultaneamente pelo verbo *dicendi*, enquanto outros verbos não permitem esse tipo de construção “emoldurada”; (ii) algumas línguas permitem a extraposição dos objetos oracionais, mas não da citação; (iii) em algumas línguas (da família yuman, por exemplo), um objeto direto oracional pode aparecer encaixado entre o sujeito e o verbo, ao passo que um objeto direto nominal nunca ocorre nessa posição.

O português do Brasil não exhibe diferenças de ordenação entre discurso direto, discurso indireto, complementos no infinitivo e outros tipos de complementos oracionais. Embora rara, a inversão é possível com o SN objeto de *dizer* (9) e, em geral, em orações SVO (10):

(9) tudo que eu faço, **dig**o a ela.

(10) o filme, eu **assisti** no cinema.

Os verbos *dicendi* podem ser usados, no português, como um predicado de três argumentos, com o recipiente do ato de fala expresso em um sintagma oblíquo (S_{Prep}) na oração matriz. Essa codificação é possível, quer o objeto direto seja um SN (11) quer seja um complemento oracional (12).

(11) você **diz** uma coisa pra mim, você acha que eu vou acreditar?

(12) às vezes eu **dizia** pra minha mãe < que tinha aula no sábado >.

A codificação explícita do destinatário é mais comum no discurso indireto (21 ocorrências) do que no discurso direto (apenas uma ocorrência). Em oito casos, o objeto indireto da oração matriz também desempenha a função de sujeito na oração citada, o que demonstra a integração entre a oração principal e a citação, como no exemplo seguinte:

(13) ele sempre **disse** pra mim < que eu era muito fria, assim, calculista >.

O compartilhamento de elementos – predicados, tempo e aspecto, participantes – entre a oração principal e a citação reflete seu entrelaçamento semântico e sintático (LEHMANN, 1988). Além disso, complementos oracionais objeto que têm o mesmo sujeito que a oração principal são

considerados mais dependentes do que aqueles com sujeito diferente do da matriz. Em meus dados, o discurso direto se opõe ao indireto com relação à identidade de tempo. No discurso direto, em 24% das ocorrências, o verbo da oração principal e o da citação estão no mesmo tempo, enquanto no discurso indireto a percentagem sobe para 89%. Quanto à identidade do sujeito, contudo, ambos os tipos de discurso exibem o mesmo padrão: no discurso direto, o sujeito da oração principal e da citação são idênticos em 10% dos casos, ao passo que no discurso indireto a percentagem de sujeitos idênticos é 28%. Resulta, então, que nenhum desses parâmetros é útil para determinar a transitividade dos verbos *dicendi* no português do Brasil, se quisermos propor um tratamento gramatical unificado para o discurso direto e o indireto.

Em muitas línguas, as citações de discurso direto não têm o mesmo estatuto que os SN objetos de verbos de enunciação e, portanto, elas não se enquadram nas categorias de “objeto” ou “complemento”. Além disso, várias línguas restringem a complementação desses verbos ao discurso direto, o que as posiciona longe do centro transitivo. Como vimos, por um lado, o português não distingue objetos oracionais de objetos nominais como complemento dos verbos de enunciação, seja em termos de marcação sintática, seja em termos de prosódia; por outro lado, tanto o discurso direto quanto o indireto são usados. Ademais, a fronteira entre o discurso direto e o indireto é sempre nítida, contrariamente ao que acontece em muitas línguas (cf. TANNEN, 1989; HOLT, 1996; ROCHA, 2000).

Uma diferença importante entre o discurso direto e o indireto tem a ver com o caráter de (in)dependência da oração citada. Em que medida podemos assumir que as citações indiretas podem se manter sozinhas, uma vez que elas são obrigatoriamente introduzidas por um complementizador no português? Apenas orações exclamativas (em sua maioria, expressões cristalizadas) no imperativo podem começar com o complementizador, como *Que Deus te abençoe!*, em que se pode considerar que a oração principal (algo como *Eu espero*) foi omitida. Logo, não parece convincente tratar as citações indiretas como orações independentes. Com relação às citações diretas, por outro lado, elas têm todos os traços de orações completas, estruturalmente independentes, tais como sujeito diferente do sujeito da matriz e verbo flexionado em um tempo distinto do tempo do verbo de enunciação, ou seja, elas apresentam autonomia sintática. Em oposição

à citação indireta, na citação direta não há marcação sintática que mostre sua dependência do verbo *dicendi*: ela não é codificada como um constituinte. Contudo, de uma perspectiva semântico-pragmática as citações diretas são estreitamente ligadas ao verbo de enunciação, representando eventos reportados. Isso nos leva à noção de projetabilidade.

A produção de um verbo *dicendi* em uma narrativa fornece uma forte indicação do que vem a seguir. Em outras palavras, o uso de um verbo de enunciação projeta ou antecipa, a partir de sua enunciação, um “formato de citação”, isto é, um tipo de esquema construcional que emerge de sua frequência de ocorrência na fala espontânea, e que orienta os participantes do ato discursivo. Nesse sentido, a oração reportada, seja ela direta ou indireta, é, de alguma maneira, dependente do verbo da matriz. Por conseguinte, embora as citações diretas tenham todos os traços de orações sintaticamente completas, estruturalmente independentes, elas exibem, não obstante, uma forte ligação semântica e pragmática com a oração que contém o verbo de enunciação. Sob essa perspectiva, a construção de relações de dependência entre orações não está necessariamente ligada à presença de conjunção específica. Haveria, portanto, vários graus de dependência entre orações, resultantes do uso de conectivos, e múltiplas relações de dependência criadas a partir da justaposição de orações sem conectivo.

3. Considerações finais

Assim como muitas outras categorias lingüísticas, o discurso reportado não é uma entidade discreta. No caso do português do Brasil, há uma distinção clara com relação ao *status* subordinado das orações citadas, o que aponta para a natureza gradiente do fenômeno. Se se adota um tratamento escalar da complementação em termos da integração sintática com o verbo de enunciação, conforme GIVÓN (2001), podem-se distribuir os tipos de citação ao longo de uma escala, com a citação indireta no ponto mais alto da escala e a citação direta no mais baixo. Como foi visto, as citações diretas exibem o menor grau de dependência e de integração sintática com o verbo da oração matriz. As citações indiretas, por outro lado, não podem ficar sozinhas, porque elas são obrigatoriamente introduzidas por um complementizador, que estabelece uma relação marcada de dependência entre as orações matriz e complemento. No nível semântico-

pragmático, todavia, ambos os tipos de citação são estreitamente relacionados ao verbo *dicendi* da oração matriz.

Em termos prosódicos, meus dados exibem uma forte correlação entre entonação final e encerramento do material citado, o que fornece evidência de que a prosódia é usada funcionalmente. O falante assinala o limite da citação pela convergência de fechamento nos níveis sintático, pragmático e prosódico, e o interlocutor reconhece que tais pistas indicam a completude de unidades significativas, considerando, assim, a citação como uma ação pragmática completa.

No caso do discurso reportado, portanto, o critério de transitividade não corresponde a uma nítida divisão binária: as citações direta e indireta ocupam cada extremo da escala, com vários pontos intermediários entre elas, representados pela formas de citação que apresentam graus variáveis de integração. Vale lembrar, contudo, que um objeto oracional, como as citações reportadas direta e indireta, por não representar unidades específicas, e sim uma proposição, seria naturalmente um objeto direto atípico.

Uma análise alternativa seria considerar que o verbo de enunciação e seu complemento, juntos, formam um predicado complexo que é usado para reportar um evento (cf. MUNRO, 1982). Resta investigar se o discurso reportado apresenta um único evento ou dois eventos distintos, em cujo caso pode-se falar de complementação. Como os verbos *dicendi* variam com relação ao tipo de ato de fala que reportam, do mais pragmaticamente neutro (com *dizer*), ao mais altamente lexicalizado (com *pedir*, *perguntar*, por exemplo), a escolha de um deles representa uma opção comunicativa importante. Parece-me, pois, que se perde informação semântico-pragmática específica se considerarmos que o verbo de enunciação forma um todo único com a oração citada.

Os fatos aqui discutidos demonstram que, embora a citação não seja um objeto direto prototípico, ele é efetuado pelo ato de dizer. Em outras palavras, os verbos de enunciação criam seu objeto (uma propriedade semântica), que é produzido pelo próprio dizer (uma propriedade discursiva). Isso significa que esses verbos funcionam com apresentativos, isto é, introduzem novos participantes no discurso, elementos que são “produzidos” através de uma ação. Nesse sentido, os verbos *dicendi* inequivocamente projetam o que está por vir, de modo que a citação pode ser considerada apropriadamente como o objeto do verbo da matriz. Se

o termo “complemento” implica completamente (PAYNE, 1997), um verbo de enunciação não expressa uma proposição completa até que a citação seja produzida. Logo, se a citação acrescenta algo ao significado do verbo de enunciação da oração principal, pode-se admitir a transitividade desses verbos e classificar a oração citada como seu objeto. Vale notar que, no português, os verbos *dicendi* exibem mais características transitivas do que intransitivas.

Em resumo, embora a função discursiva dos verbos de enunciação seja clara – atribuição de uma citação a sua origem – a investigação do papel sintático da oração reportada faz surgir questões interessantes no que diz respeito à gramática da complementação. Mais especificamente, chama a atenção para a complexidade e maleabilidade do sistema lingüístico em situações reais de uso e para a inconveniência de se rotular categoricamente uma relação de natureza contínua e gradual, na medida em que as construções lingüísticas estão a serviço da gramática das relações discursivas.

Notas

- ¹ Uma versão deste trabalho foi apresentada no IV Congresso Internacional da ABRALIN, realizado na UnB em fevereiro de 2005. Este texto é fruto de um estágio de pós-doutorado, apoiado pelo CNPq (processo 200756/2003-6), na University of California, Santa Barbara.
- ² Alguns trabalhos tratam do uso do discurso reportado no português do Brasil, focalizando diferentes aspectos. ROCHA (2000) investiga o processo cognitivo de mesclagem no discurso direto, com base na Teoria dos Espaços Mentais (Fauconnier). ZILLES; FARACO (2002) investigam o discurso reportado sob a perspectiva bakhtiniana.
- ³ O termo “narrativa conversacional” se refere a narrativas em que há tomada de turno, mas o narrador mantém o turno a maior parte do tempo.
- ⁴ Em seu artigo sobre o inglês falado, MAYES (1990) demonstra uma preferência pelo discurso direto sobre o indireto. A autora relaciona essa preferência a duas propriedades: (i) por serem orações independentes, as citações diretas apresentam menos restrições sintáticas do que as indiretas, que são orações subordinadas, como veremos adiante; (ii) uma vez que a função discursiva da citação direta é dramatizar o evento que está sendo reportado, para que ele pareça mais vívido ao interlocutor, a escolha entre citação direta e indireta vai depender de quanta informação afetiva o falante deseja transmitir.
- ⁵ Embora geralmente se admita que os complementos oracionais sejam argumentos de predicados, o trabalho de THOMPSON (2002) sobre a conversação em inglês argumenta contra analisar os complementos oracionais como subordinados, ou mesmo como argumentos.

⁶ (29) a. I know *that it's raining*.

b. I emphasized *that she knows Swahili*. (PAYNE, 1997, p. 314).

⁷ O parâmetro “afetamento” diz respeito à mudança de estado ou localização do objeto implicada pelo significado do verbo. O parâmetro individualização distingue grupo de pessoas (-individuado) de referentes singulares (+individuado).

⁸ Note-se que essa afirmação não é válida para os objetos diretos nominais dos verbos de enunciação, já que eles podem ser referenciais e individuados, como nos exemplos (7) e (8) adiante, embora eles também sejam efetuados.

Complements of verbs of utterance

Abstract – This paper addresses reported speech, looking into the status of quotation clauses. In particular, it aims at answering the following questions: can the clause which carries the quotation be analyzed as an object complement of the verb of saying? Which are the syntactic, semantic and prosodic properties of utterance verbs that support such treatment? The analysis follows a functional perspective on language study, discussing the intransitive and transitive characteristics of the quote. The data for this study come from twelve conversational narratives, collected from *Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal*.

Key words – Reported speech. Quotation clause. Grammatical status.

Referências bibliográficas

DIXON, R.M.W. *Complementation in typological perspective*. Position paper, 2002. (Ms).

FORD, C.E.; THOMPSON, S.A. Interactional units in conversation: Syntactic, intonational, and pragmatic resources for the management of turns. In: OCHS, E.; SCHEGLOFF, E.A.; THOMPSON, S.A. (eds.). *Interaction and grammar*. (Studies in Interactional Sociolinguistics 13). Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 134-184.

FURTADO DA CUNHA, M.A. (org.). *Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal*. Natal: EDUFERN, 1998.

GIVÓN, T. The binding hierarchy and the typology of complements. *Studies in language*, v. 4, 1980, p. 333-377.

HINTZ, D.M. *Characteristics of complements in Quechua*. Santa Barbara: UCSB, 2004. (Ms).

- HOLT, E. Reporting on talk: The use of direct reported speech in conversation. *Research on Language and Social Interaction*, v. 29, 1996, p. 219-245.
- HOPPER, P. J. Causes and affects. *CLS*, v. 21, 1985, p. 67-88.
- HOPPER, P.J.; THOMPSON, S.A. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, v. 56, 1980, p. 251-299.
- JESPERSEN, O. *The philosophy of grammar*. New York: The Norton Library, 1924/1965.
- KLEWITZ, G.; COUPER-KUHLEN, E. Quote-unquote? The role of prosody in the contextualization of reported speech sequence. *InList*, v. 12, 1999, p. 1-32.
- LEHMANN, C. A typology of clause linkage. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (eds.) *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988, p. 181-225.
- LI, C.N. Direct and indirect speech: A functional study. In: COULMAS, F. (ed.) *Direct and indirect speech*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986. p. 29-45.
- MAYES, P. Quotation in spoken English. *Studies in Language*, v. 14, n. 2, 1990, p. 325-363.
- MUNRO, P. On the transitivity of 'say' verbs. In: HOPPER, P.; THOMPSON, S. A. (eds.) *Studies in transitivity*. New York: Academic Press, 1982. p. 301-318.
- NOONAN, M. Complementation. In: SHOPEN, T. (Ed.) *Language typology and syntactic description*. Complex constructions, v. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 42-140.
- ONO, T.; THOMPSON, S.A. What can conversation tell us about syntax? In: DAVIS, P.W. (ed.) *Descriptive and theoretical modes in the alternative linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1995. p. 213-271.
- PAYNE, T. E. *Describing morphosyntax*. A guide for field linguistics. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- QUIRK, R.; GREENBAUM, S. *A university grammar of English*. London: Longman, 1973.
- ROCHA, L.F.M. Processos cognitivos de mesclagem no discurso reportado: O caso do discurso direto em textos jornalísticos escritos. *Veredas*, v. 7, 2000.

ROMAINE, S.; LANGE, D. The use of 'like' as a marker of reported speech and thought: A case of grammaticalization in progress. *American Speech*, v. 66, 1991, p. 227-279.

TANAKA, H. *Turn-taking in Japanese conversation*. A study in grammar and interaction. Amsterdam: John Benjamins, 1999.

TANNEN, D. *Talking voices*. Repetition, dialogue, and imagery in conversational discourse. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

THOMPSON, S. A. 'Object complements' and conversation: towards a realistic account. *Studies in Language*, v. 26, n. 1, 2002, p. 125-164.

ZILLES, A.M.S.; FARACO, C.A. Considerações sobre o discurso reportado em *corpus* de língua oral. In: VANDRESEN, P. (org.). *Variação e mudança no português falado da região sul*. Pelotas: EDUCAT, 2002. p. 15-46.

Símbolos de transcrição usados:

- entonação final prototípica
- ? entonação final interrogativa
- , entonação contínua
- : pausa
- < > citação
- / palavra truncada
- :: alongamento

Recebido e aprovado para publicação em maio de 2006.